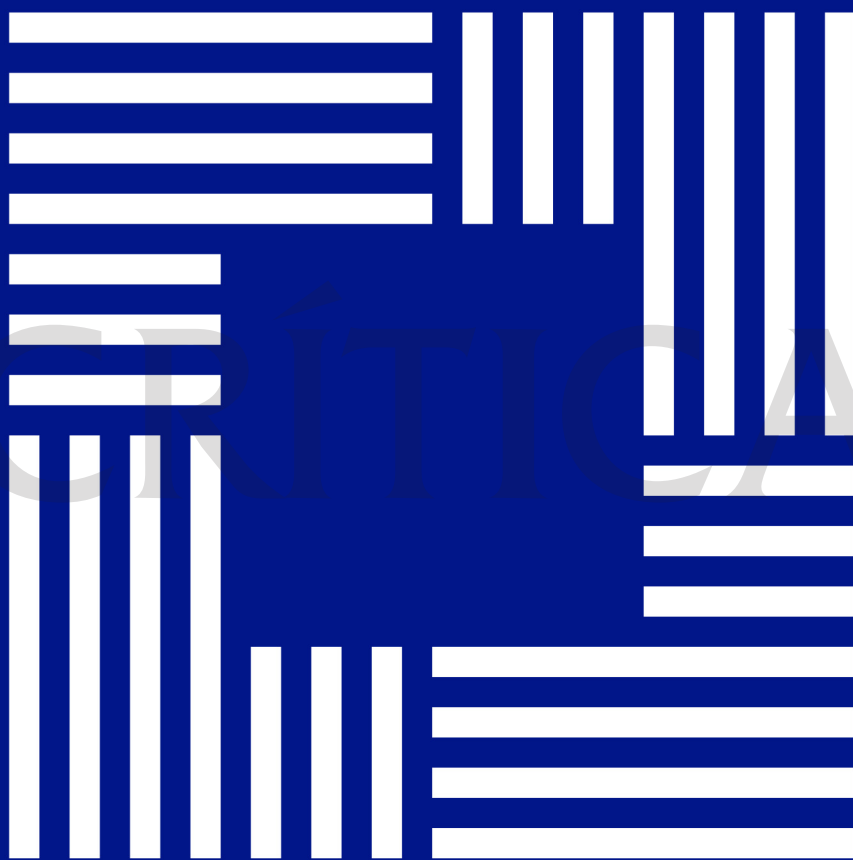


CRISES DA REPÚBLICA



Hannah
Arendt

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

CRÍTICA

CRISES DA REPÚBLICA

Hannah
Arendt

Tradução
Adriana Novaes

Revisão técnica
Adriano Correia

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

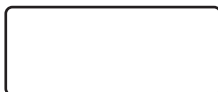
Copyright © Hannah Arendt, 1969, 1970, 1971, 1972
Copyright © Lotte Kohler, renovado em 1997, 1998, 1999
“Desobediência Civil” foi publicado originalmente em uma versão um pouco diferente na *The New Yorker*. Versões dos outros ensaios deste livro foram publicadas originalmente na *The New York Review of Books*.
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2024
Copyright da tradução © Adriana Novaes, 2024
Todos os direitos reservados.
Título original: *Crises of the Republic*

Preparação: Ana Maria Fiorini
Revisão: Carmen T. S. Costa e Ligia Alves
Revisão técnica: Adriano Correia
Diagramação: Negrito Produção Editorial
Capa: Estúdio Daó (Giovani Castelucci e Guilherme Vieira)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Arendt, Hannah
Crises da República / Hannah Arendt ; tradução de Adriana Novaes ; revisão técnica de Adriano Correia. — São Paulo : Planeta do Brasil, 2024.
208 p.
ISBN 978-85-422-2516-7
Título original: Crises of the Republic
1. Filosofia 2. Política e governo 3. Violência 4. Revoluções I. Título
23-6544 CDD 100

Índice para catálogo sistemático:
1. Filosofia



Ao escolher este livro, você está apoiando o manejo responsável das florestas do mundo

2024
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP CEP 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

Editora Planeta  **20**
Brasil ANOS

Acreditamos nos livros

Este livro foi composto em Adobe Garamond
Pro e impresso pela Lis Gráfica para a Editora
Planeta do Brasil em janeiro de 2024.

MENTIR NA POLÍTICA

Reflexões sobre os Documentos do Pentágono

“Não é bonita a imagem da maior superpotência do mundo matando ou ferindo seriamente mil não combatentes por semana, enquanto tenta forçar uma pequena nação atrasada à submissão a respeito de uma questão cujos méritos são acaloradamente contestados.”

ROBERT S. McNAMARA

I Os Documentos do Pentágono – como ficou conhecida desde sua publicação no *The New York Times*, em junho de 1971, a “História do processo de tomada de decisão dos Estados Unidos sobre a política para o Vietnã”, de quarenta e sete volumes (encomendada pelo secretário de Defesa Robert S. McNamara em junho de 1967 e concluída um ano e meio depois), um relatório ultrassecreto, ricamente documentado, sobre o papel norte-americano na Indochina desde a Segunda Guerra Mundial até maio de 1968 – contam diferentes histórias, ensinam diferentes lições para diferentes leitores. Alguns afirmam que só agora compreenderam que o Vietnã era o resultado “lógico” da Guerra Fria ou da ideologia anticomunista. Outros, que essa é uma oportunidade única para aprender sobre os processos de tomada de decisão do governo, mas a maioria dos leitores tem concordado até agora que a questão básica levantada pelos documentos é o engano. De qualquer maneira, é óbvio que essa questão foi predominante nas mentes dos que compilaram os Documentos do Pentágono para o *The New York Times*, e é ao menos

provável que tenha sido também uma questão para a equipe de redatores que prepararam os quarenta e sete volumes do estudo original.¹ A famosa falta de credibilidade, que tem nos acompanhado por seis longos anos, de repente se abriu para um abismo. A areia movediça de todo tipo de declarações mentirosas, enganos, assim como de autoenganos, está pronta para engolir qualquer leitor que deseje examinar esse material, que, infelizmente, deve reconhecer como a infraestrutura de quase uma década de política externa e interna dos Estados Unidos.

Por causa do alcance extraordinário atingido pelo comprometimento com a inverdade na política no nível mais alto do governo, e por causa da concomitante extensão da mentira, que teve permissão para proliferar em todos os escalões de todos os serviços governamentais, militares e civis – as falsas contagens de corpos das missões de “busca-e-destruição”, os relatórios de danos adulterados da força aérea,² os relatórios de “progresso” para Washington escritos do campo por subordinados que sabiam que seus desempenhos seriam avaliados por seus próprios relatórios³ –, podemos ser facilmente tentados a esquecer a experiência da história passada, ela mesma não exatamente uma história de virtude imaculada, contra a qual esse mais novo episódio deve ser visto e julgado.

O sigilo – o que diplomaticamente é chamado “discrição”, assim como os *arcana imperii*, os mistérios do governo – e o engano, a falsidade deliberada e a mentira descarada, usados como meios legítimos para alcançar fins políticos, têm nos acompanhado desde o começo da história registrada. A veracidade nunca esteve entre as virtudes políticas, e as mentiras sempre foram vistas como ferramentas justificáveis em acordos políticos. Qualquer pessoa que reflete sobre esses temas fica surpresa com a pouca atenção que tem sido dada à sua importância

1 Nas palavras de Leslie H. Gelb, que era o encarregado da equipe: “Acima de tudo, é claro, está a questão crucial da credibilidade governamental”. Ver: “Today’s Lessons from the Pentagon Papers”, in *Life*, 17 de setembro de 1971.

2 Ralph Stavins, Richard J. Barnett e Marcus G. Raskin, *Washington Plans an Aggressive War*, Nova York, 1971, p. 185-187.

3 Daniel Ellsberg, “The Quagmire Myth and the Stalemate Machine”, in *Public Policy*, primavera de 1971, p. 262-263. Ver também: Leslie H. Gelb, “Vietnam: The System Worked”, in *Foreign Policy*, verão de 1971, p. 153.

em nossa tradição de pensamento político e filosófico – por um lado, pela natureza da ação, e, por outro, pela natureza de nossa habilidade em negar em pensamento e em palavra qualquer que seja o caso. Essa capacidade ativa e agressiva é claramente diferente de nossa passiva suscetibilidade a sermos vítimas do erro, da ilusão, das distorções da memória e do que mais possa ser culpado pelas falhas de nosso aparato sensível e mental.

Uma característica da ação humana é que ela sempre inicia algo novo, e isso não significa que é sempre permitido começar *ab ovo*, criar *ex nihilo*. Para abrir espaço para a própria ação, algo que estava lá antes deve ser removido ou destruído, e coisas que estavam lá antes são mudadas. Tal mudança seria impossível se não pudéssemos remover a nós mesmos mentalmente de onde estamos fisicamente e *imaginar* que as coisas poderiam também ser diferentes do que realmente são. Em outras palavras, a negação deliberada da verdade factual – a habilidade de mentir – e a capacidade de mudar fatos – a habilidade de agir – são interconectadas; elas devem sua existência à mesma fonte: a imaginação. Não é de modo algum uma obviedade que possamos *dizer* “O sol brilha” quando na verdade está chovendo (a consequência de alguns danos cerebrais é a perda dessa capacidade); antes isso indica que, embora sejamos bem equipados tanto sensível quanto mentalmente para o mundo, não estamos encaixados ou ajustados a ele como uma de suas partes inalienáveis. Somos *livres* para mudar o mundo e começar algo novo nele. Sem a liberdade mental para negar ou afirmar a existência, para dizer “sim” ou “não” – não apenas as afirmações ou proposições para expressar concordância ou discordância, mas também às coisas como elas são dadas, para além da concordância ou discordância, a nossos órgãos de percepção e cognição –, nenhuma ação seria possível; e ação, é claro, é a verdadeira matéria de que é feita a política.⁴

Consequentemente, quando falamos sobre mentira, especialmente sobre mentira entre homens de ação, vamos lembrar que a mentira não se esgueirou para dentro da política por algum acidente da pecaminosidade

4 Para mais considerações gerais sobre a relação entre verdade e política, ver meu texto “Verdade e política”, em *Entre o passado e o futuro*, segunda edição, Nova York, 1968.

humana. A indignação moral, apenas por essa razão, provavelmente não vai fazê-la desaparecer. A falsidade deliberada lida com fatos *contingentes*, ou seja, com assuntos que não guardam nenhuma verdade inerente neles mesmos, nenhuma necessidade de serem como são. Verdades factuais nunca são forçosamente verdadeiras. O historiador sabe quão vulnerável é toda a tessitura de fatos na qual passamos nossa vida cotidiana: ela está sempre sob o perigo de ser perfurada por mentiras simples ou despedaçada pela mentira organizada de grupos, nações ou classes, ou negada e distorcida, muitas vezes cuidadosamente encoberta com resmas de falsidades ou simplesmente deixada de lado até cair no esquecimento. Fatos precisam de testemunho para serem lembrados e de testemunhas confiáveis para serem estabelecidos a fim de encontrarem uma morada segura no domínio dos assuntos humanos. Disso se segue que nenhuma afirmação factual pode ser indubitável – tão segura e protegida contra ataques quanto, por exemplo, a afirmação de que dois e dois são quatro.

É essa fragilidade que faz o engano ser tão fácil *até certo ponto*, e tão tentador. Ele nunca chega a entrar em conflito com a razão, porque as coisas realmente poderiam ter sido como o mentiroso sustenta que elas foram. Mentiras são frequentemente muito mais plausíveis, têm mais apelo à razão do que a realidade, uma vez que o mentiroso tem a grande vantagem de saber de antemão o que o público deseja ou espera ouvir. Ele prepara sua história para o consumo do público com o cuidado de fazê-la verossímil, ao passo que a realidade tem o desconcertante hábito de nos confrontar com o inesperado, para o qual não estamos preparados.

Em circunstâncias normais, o mentiroso é derrotado pela realidade, para a qual não há substituto; não importa o tamanho do tecido de falsidade que um mentiroso experiente tem a oferecer, ele nunca será grande o bastante, mesmo se tiver a ajuda de computadores, para encobrir a imensidão da factualidade. O mentiroso, que pode se safar com qualquer número de pequenas falsidades, achará impossível se safar tendo a mentira como princípio. Essa é uma das lições que poderia ser aprendida com os experimentos totalitários e com a confiança assustadora dos líderes totalitários no poder da mentira – em sua habilidade, por exemplo, de reescrever a história várias vezes para adaptar o passado a sua “linha política” do momento presente ou para eliminar dados que

não se encaixavam em sua ideologia. Assim, em uma economia socialista, eles negariam que o desemprego existiu, a pessoa desempregada simplesmente se tornando uma não-pessoa.

Os resultados de tais experimentos, quando realizados por aqueles que possuem os meios de violência, são terríveis o suficiente, mas o engano duradouro não está entre eles. Sempre se chega ao ponto além do qual a mentira se torna contraproducente. Esse ponto é alcançado quando o público para o qual as mentiras são endereçadas é forçado a desprezar completamente a linha de distinção entre verdade e falsidade para poder sobreviver. Verdade e falsidade – não importa mais qual, se sua vida depende de que você aja como se acreditasse; a verdade em que se pode confiar desaparece totalmente da vida pública, e com ela o principal fator estabilizador nos sempre mutáveis assuntos humanos.

Aos muitos gêneros da arte de mentir desenvolvida no passado, devemos adicionar agora duas variedades mais recentes. Há, *primeiro*, aquela aparentemente inofensiva dos gerentes de relações públicas do governo que aprenderam seu ofício na inventividade da Avenida Madison. Relações públicas é só uma variedade da publicidade; por isso tem sua origem na sociedade de consumo, com seu apetite desmesurado por mercadorias a serem distribuídas em uma economia de mercado. O problema com a mentalidade do agente de relações públicas é que ele lida apenas com opiniões e com “boa vontade”, a prontidão para comprar, isto é, com intangíveis cuja realidade concreta é mínima. Isso significa que, para suas invenções, pode realmente parecer que o céu é o limite, pois falta a ele o poder do político para agir, para “criar” fatos, portanto, aquela simples realidade cotidiana que estabelece limites ao poder e traz as forças da imaginação para a terra.

A única limitação para o que o agente de relações públicas faz surge quando ele descobre que as mesmas pessoas que talvez possam ser “manipuladas” para comprar um certo tipo de sabonete não podem ser manipuladas – embora, é claro, possam ser forçadas pelo terror – para “comprar” opiniões e visões políticas. Portanto, a premissa psicológica da manipulabilidade humana tem se tornado um dos principais artigos vendidos no mercado da opinião instruída e comum. Mas tais doutrinas não mudam a maneira como as pessoas formam opiniões nem evitam que elas ajam de acordo com suas próprias capacidades. O único

método, à parte o terror, que tem influência real em suas condutas é ainda a velha abordagem de recompensa e punição. Não é de surpreender que a nova geração de intelectuais, que cresceu na atmosfera insana da publicidade desenfreada e à qual foi ensinado que metade da política é “construção de imagem” e a outra metade é a arte de fazer as pessoas acreditarem na imagem, deve quase automaticamente recorrer às antigas abordagens de recompensa e punição sempre que a situação se torna séria demais para a “teoria”. Para eles, o maior desapontamento na aventura do Vietnã deve ter sido a descoberta de que há pessoas com as quais os métodos de recompensa e punição também não funcionam.

(Estranhamente, a única pessoa passível de ser uma vítima ideal da completa manipulação é o presidente dos Estados Unidos. Por causa da imensidão de seu trabalho, ele deve se cercar de conselheiros, os “encarregados da Segurança Nacional”, como foram chamados recentemente por Richard J. Barnet, que “exercitam seus poderes principalmente filtrando a informação que chega ao presidente e interpretando o mundo lá fora para ele”.⁵ O presidente, somos tentados a argumentar, presumivelmente a pessoa mais poderosa do país mais poderoso, é o único indivíduo deste país cuja gama de escolhas pode ser predeterminada. Isso, é claro, pode acontecer apenas se o poder executivo tiver cortado contato com os poderes legislativos do Congresso; essa é a consequência lógica em nosso sistema de governo quando o Senado está sendo privado de, ou reluta em, exercer seus poderes de participar e aconselhar a conduta nas relações exteriores. Uma das funções do Senado, como sabemos agora, é proteger o processo de tomada de decisão contra os humores transitórios e as tendências da sociedade em geral – nesse caso, as artimanhas de nossa sociedade de consumo e dos gerentes de relações públicas que a guarnecem.)

A *segunda* nova variedade da arte de mentir, embora menos frequentemente encontrada na vida cotidiana, desempenha um papel mais importante nos Documentos do Pentágono. Ela também atrai homens bem melhores, por exemplo, os que provavelmente são encontrados nos mais altos escalões dos serviços civis. Eles são, na frase feliz de Neil

5 Em Stavins, Barnet, Raskin, op. cit., p. 199.

Sheehan, “resolvedores de problema” profissionais⁶ e foram atraídos para o governo nas universidades e nos vários *think tanks*,⁷ alguns dos quais equipados com teorias de jogos e análises de sistemas, portanto preparados, como pensavam, para resolver todos os “problemas” de política externa. Um número significativo de autores do estudo de McNamara pertence a esse grupo, que consistia em dezoito oficiais militares e dezoito civis de *think tanks*, de universidades e de serviços governamentais. Eles certamente “não eram um bando de pombas” – um mero “punhado era crítico ao empenho dos Estados Unidos” no Vietnã⁸ –, e ainda assim é a eles que devemos essa verdadeira, embora, é claro, não completa, história do que aconteceu dentro da máquina do governo.

Os resolvedores de problema têm sido caracterizados como homens de grande autoconfiança, que “parecem raramente duvidar de suas habilidades para triunfar”, e trabalharam com os membros militares, sobre os quais “a história observa que eram ‘homens acostumados a vencer’”.⁹ Não devemos esquecer que ao esforço dos resolvedores de problema em fazer um autoexame imparcial, raro entre tais pessoas, devemos o fato de que as tentativas dos atores de esconder seus papéis por trás de uma tela de sigilo autoprotetor (ao menos até terem completado suas memórias – o mais enganoso gênero literário no nosso século) foram frustradas. A integridade básica daqueles que escreveram o relatório está fora de dúvida; eles realmente puderam ter a confiança do secretário McNamara para produzir um relatório “enciclopédico e objetivo” e “deixar as coisas acontecerem”.¹⁰

Mas essas qualidades morais, que merecem admiração, claramente não os impediram de participar por muitos anos do jogo de enganos

6 Os Documentos do Pentágono [*The Pentagon Papers* em inglês], como publicados pelo *The New York Times*, Nova York, 1971, p. xiv. Meu ensaio foi preparado antes do surgimento das edições publicadas pelo Government Printing Office e pela Beacon Press e, portanto, baseia-se apenas na edição da Bantam.

7 *Think tank* é um grupo de especialistas reunidos em uma organização ou instituição que se dedica a produzir conhecimento e desenvolver estratégias. O termo surgiu durante a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, para designar a sala na qual oficiais discutiam e tomavam decisões. [N.T.]

8 Leslie H. Gelb, op. cit., in *Life*.

9 *The Pentagon Papers*, p. xiv.

10 Leslie H. Gelb, in *Life*.

e de falsidades. Confiantes “da posição, da educação e da conquista”,¹¹ eles mentiram talvez por um patriotismo equivocado. Mas o ponto é que eles mentiram não tanto por seu país – certamente não pela sobrevivência de seu país, que nunca esteve em jogo –, e sim pela “imagem” de seu país. Apesar de sua indubitável inteligência – manifesta em muitos memorandos de seus punhos –, eles também acreditaram que a política é só uma variedade das relações públicas, e foram tomados por todas as premissas psicológicas bizarras subjacentes a essa crença.

Entretanto, eles eram obviamente diferentes dos criadores de imagens mais típicos. Sua distinção está em que eles também eram resolvedores de problema. Consequentemente, não eram apenas inteligentes, mas orgulhosos de si mesmos por serem “racionais”, e estavam de fato em um grau bastante assustador acima do “sentimentalismo” e apaixonados pela “teoria”, o mundo do esforço mental puro. Estavam ansiosos para encontrar fórmulas, preferencialmente expressas em uma linguagem pseudomatemática, que unificariam os fenômenos mais díspares que a realidade lhes apresentava; isto é, estavam ansiosos para descobrir *leis* por meio das quais explicar e prever fatos históricos e políticos, como se estes fossem tão necessários, e, portanto, tão confiáveis, quanto os físicos um dia acreditaram que eram os fenômenos naturais.

Contudo, diferentemente do cientista natural, que lida com temas que, seja qual for sua origem, não são feitos pelo ser humano ou promulgados pelo ser humano, e que, portanto, podem ser observados, compreendidos e finalmente até mesmo modificados apenas pela mais meticulosa lealdade à realidade factual e dada, o historiador, assim como o político, lida com assuntos humanos que devem sua existência à capacidade do ser humano para a ação, e isso significa a relativa liberdade do ser humano em relação às coisas como elas são. Seres humanos que agem, na medida em que se sentem mestres de seu próprio futuro, serão sempre tentados a se fazerem mestres também do passado. Enquanto eles têm o apetite pela ação e estão também apaixonados pelas teorias, dificilmente terão a paciência do cientista natural para esperar até as teorias e as explanações hipotéticas serem verificadas ou negadas pelos fatos. Em vez disso, ficarão tentados a encaixar sua realidade – que, afinal, foi

11 *The Pentagon Papers*, p. xiv.

feita pelo ser humano, para começo de conversa, e, portanto, poderia ter sido de outra forma – em sua teoria, livrando-se assim mentalmente de sua desconcertante *contingência*.

A aversão da razão à contingência é muito forte. Foi Hegel, o pai dos esquemas grandiosos da história, quem sustentou que a “contemplação filosófica não tem outra intenção que eliminar o acidental”.¹² Realmente, muito do arsenal moderno da teoria política – as teorias dos jogos e análises de sistemas, os roteiros escritos para “públicos” imaginados e a enumeração cuidadosa de, habitualmente, três “opções” (A, B, C), em que A e C representam os extremos opostos e B a “solução” de meio-termo “lógica” do problema – tem sua fonte nessa profunda aversão. A falácia de tal pensamento começa em forçar as escolhas em dilemas mutuamente exclusivos; a realidade nunca apresenta a nós algo tão puro como premissas para conclusões lógicas. O tipo de pensamento que apresenta ambos, A e C, como indesejáveis, e que por consequência se fixa em B, dificilmente serve a qualquer outro propósito além de desviar a mente e embotar o juízo para a multidão de possibilidades reais. O que esses resolvidores de problema têm em comum com os mentirosos pragmáticos é a tentativa de se livrar dos fatos e a confiança de que isso deve ser possível por causa da contingência inerente aos fatos.

A verdade é que isso nunca pode ser feito nem pela teoria, nem pela manipulação da opinião – como se um fato fosse seguramente removido do mundo desde que pessoas suficientes acreditem em sua não existência. Isso pode ser feito apenas pela destruição radical – como no caso do assassino que *diz* que a senhora Smith morreu e então vai e a mata. No domínio político, tal destruição teria de ser em larga escala. Não é preciso dizer que nunca existiu em qualquer nível do governo tal desejo de destruição em larga escala, apesar do número assustador de crimes de guerra cometidos ao longo da Guerra do Vietnã. Mas mesmo onde essa vontade está presente, como estava no caso tanto de Hitler como de Stálin, o poder para alcançar essa destruição teria de ser a onipotência. Para eliminar o papel de Trótski na história da Revolução Russa, não é suficiente matá-lo e eliminar seu nome de todos os registros russos

12 *Die Philosophische Weltgeschichte. Entwurf von 1830: “Die philosophische Betrachtung hat keine andere Absicht als das Zufällige zu entfernen”.*

enquanto não se pode matar todos os seus contemporâneos e exercer poder sobre as bibliotecas e arquivos de todos os países da Terra.

II

Que a dissimulação, a falsidade e o papel da mentira deliberada tenham se tornado as principais questões dos Documentos do Pentágono em vez da ilusão, do erro, do erro de cálculo e afins, se deve, sobretudo, ao estranho fato de que as decisões erradas e as afirmações mentirosas consistentemente violaram os relatórios factuais surpreendentemente precisos da comunidade de inteligência, ao menos como registradas na edição da Bantam. O ponto crucial aqui não é meramente que a política de mentir quase nunca foi direcionada ao inimigo (essa é uma das razões pelas quais os documentos não revelam nenhum segredo militar que poderia se enquadrar na Lei de Espionagem), mas foi destinada principalmente, se não exclusivamente, para consumo doméstico, para propaganda no país, sobretudo com o propósito de enganar o Congresso. Um exemplo disso é o Incidente Tonquim, em que o inimigo sabia de todos os fatos e o Comitê de Relações Exteriores do Senado, de nenhum.

Ainda de maior interesse é que quase todas as decisões nesse empreendimento desastroso foram tomadas com pleno conhecimento do fato de que provavelmente não poderiam ser realizadas: por isso, os objetivos tinham de ser constantemente alterados. Primeiro, havia os objetivos publicamente proclamados – “garantir que o povo do Vietnã do Sul seja autorizado a determinar seu futuro”, ou “ajudar o país a vencer sua luta contra a [...] conspiração comunista”, ou a contenção da China e a anulação do efeito dominó, ou a proteção da reputação dos Estados Unidos “como um avalista contrassubversivo”.¹³ A esses objetivos Dean Rusk recentemente acrescentou o de prevenir a Terceira Guerra Mundial, embora isso pareça não estar nos Documentos do Pentágono ou ter desempenhado um papel no registro factual como nós o conhecemos. A mesma flexibilidade marca as considerações táticas: o Vietnã do Norte está sendo bombardeado para prevenir “um colapso da moral

13 *The Pentagon Papers*, p. 190.

nacional”¹⁴ no Sul e, particularmente, a ruína do governo de Saigon. Mas, quando os primeiros ataques foram programados para começar, o governo havia caído, o “pandemônio reinava em Saigon”, os ataques tiveram de ser adiados e uma nova finalidade encontrada.¹⁵ Agora o objetivo era obrigar “Hanói a parar os vietcongues e o Pathet Lao”, uma meta que mesmo a Junta de Comando do Estado-Maior não tinha esperança de alcançar. Como disseram, “seria leviano concluir que esses esforços terão um efeito decisivo”.¹⁶

De 1965 em diante, a noção de uma nítida vitória ficou em segundo plano e o objetivo se tornou “convencer o inimigo de que *ele* não poderia vencer” (ênfase nossa). Como o inimigo permaneceu não convencido, a próxima finalidade apareceu: “evitar uma derrota humilhante” – como se a marca distintiva de uma derrota na guerra fosse a mera humilhação. O que os Documentos do Pentágono relatam é o medo assombroso do impacto da derrota não no bem-estar da nação, mas “na *reputação* dos Estados Unidos e de seu presidente” (ênfase nossa). Assim, um pouco antes, durante os muitos debates sobre a conveniência de usar tropas terrestres contra o Vietnã do Norte, o argumento dominante não era o medo da derrota em si e a preocupação com o bem-estar das tropas no caso de retirada, mas: “Uma vez que as tropas dos Estados Unidos estiverem lá dentro, será difícil retirá-las [...] sem *admitir* a derrota” (ênfase nossa).¹⁷ Houve, finalmente, a meta “política” de “mostrar ao mundo até onde os Estados Unidos irão por um amigo” e de “cumprir compromissos”.¹⁸

Todos esses objetivos existiram juntos, de uma forma quase desordenada; nenhum foi autorizado a cancelar seus predecessores. Cada um se direcionava a um “público” diferente, e para cada um deles um “roteiro” diferente teve de ser produzido. A muito citada enumeração feita por John T. McNaughton das metas dos Estados Unidos em 1965 – “70% – Evitar uma derrota humilhante dos Estados Unidos (para nossa reputação como um avalista). 20% – Evitar que o território do VS [Vietnã

14 Ibidem, p. 312.

15 Ibidem, p. 392.

16 Ibidem, p. 240.

17 Ibidem, p. 437.

18 Ibidem, p. 434 e 436.

do Sul] (e adjacências) caia em mãos chinesas. 10% – Permitir que o povo do VS desfrute um melhor, mais livre, modo de vida”¹⁹ – é revigorante em sua honestidade, mas provavelmente foi elaborada para levar alguma ordem e clareza aos debates sobre a sempre problemática questão do porquê de estarmos conduzindo uma guerra no Vietnã, entre tantos outros lugares. No rascunho prévio de um memorando (1964), McNaughton havia mostrado, talvez involuntariamente, quão pouco ele próprio, mesmo naquele estágio inicial do jogo sangrento, acreditava na possibilidade de alcançar quaisquer objetivos substanciais: “Caso o Vietnã do Sul se desintegre completamente sob nós, devemos tentar mantê-lo unido por tempo o bastante para tentar evacuar nossas forças e *convencer o mundo* a aceitar a singularidade (e impossibilidade congênita) do caso sul-vietnamita” (ênfase nossa).²⁰

“Convencer o mundo”; “demonstrar que os Estados Unidos eram um ‘bom médico’ disposto a cumprir promessas, ser durão, assumir riscos, ficar ensanguentado e ferir gravemente o inimigo”;²¹ usar uma “pequena nação atrasada” desprovida de qualquer importância estratégica “como um *caso piloto* da capacidade norte-americana de ajudar uma nação a enfrentar ‘uma guerra de libertação’ do comunismo” (ênfase nossa);²² manter intacta uma imagem de onipotência, “nossa posição de liderança mundial”;²³ demonstrar “a vontade e a habilidade dos Estados Unidos em prevalecer nas relações internacionais”;²⁴ mostrar “a credibilidade de nossas promessas a amigos e aliados”;²⁵ em resumo, “*comportar-se* como” (ênfase nossa) a “maior potência no mundo” por nenhuma outra razão além de convencer o mundo desse “simples fato” (nas palavras de Walt Rostow)²⁶ – essa foi a única meta permanente que, com o início da administração Johnson, sobrepujou todas as outras metas e teorias, a teoria do dominó e a estratégia anticomunista dos estágios

19 Ibidem, p. 432.

20 Ibidem, p. 368.

21 Ibidem, p. 255.

22 Ibidem, p. 278.

23 Ibidem, p. 600.

24 Ibidem, p. 255.

25 Ibidem, p. 600.

26 Ibidem, p. 256.

iniciais do período da Guerra Fria, assim como a estratégia da contrainsurgência tão cara à administração Kennedy.

O objetivo último não era poder nem lucro. Nem mesmo influência no mundo para servir a interesses particulares, tangíveis, em nome dos quais prestígio, uma imagem da “maior potência no mundo”, era necessário e propositalmente usado. A meta era agora a própria imagem, como está manifesto na própria linguagem dos resolvidores de problema, com seus “roteiros” e “públicos”, tomados emprestados do teatro. Para esse objetivo último, todas as políticas se tornaram meios intercambiáveis de curto prazo, até que finalmente, quando todos os sinais apontavam para a derrota na guerra de desgaste, a meta não era mais evitar a derrota humilhante, mas encontrar caminhos e meios para evitar admiti-la e “salvar as aparências”.

A criação de imagem como política global – não conquista mundial, mas vitória na batalha “para ganhar a mente das pessoas” – é de fato algo novo no amplo arsenal de tolices humanas registradas na história. Isso não foi feito por uma nação de terceira categoria, sempre inclinada a ostentar a fim de compensar a coisa real, ou por uma das antigas potências coloniais que perderam sua posição como resultado da Segunda Guerra Mundial e poderiam ter sido tentadas, como foi De Gaulle, a retomar a preeminência na base do blefe, mas pelo “poder dominante” do fim da guerra. Pode ser natural para os ocupantes de cargos eletivos – que devem tanto, ou *acreditam* dever tanto, aos seus coordenadores de campanha – pensar que a manipulação é o que dirige a mente das pessoas e, por isso, é o que de fato dirige o mundo. (O rumor, recentemente relatado na seção “Notas e comentário” do jornal *The New York Times*, de que “a administração Nixon-Agnew estava planejando uma campanha, organizada e dirigida por Herb Klein, seu diretor de comunicações, para destruir a ‘credibilidade’ da imprensa antes da eleição presidencial de 1972”, está bem de acordo com essa mentalidade de relações públicas.)²⁷

O que é surpreendente é a avidez daquelas dezenas de “intelectuais” que ofereceram sua ajuda entusiasmada nesse empreendimento imaginário, talvez porque estavam fascinados com o mero tamanho dos exercícios mentais que ele parecia demandar. Novamente, pode

27 *The New Yorker*, 10 de julho de 1971.

ser natural que os resolvedores de problema, treinados em traduzir todos os conteúdos factuais para a linguagem de números e porcentagens, na qual podem ser calculados, permaneçam inconscientes da miséria incalculável que suas “soluções” – programas de pacificação e realocação, de desfolhamento, napalm e balas antipessoais – guardam para um “amigo” que precise ser “salvo” e para um “inimigo” que não tinha nem vontade nem poder para sê-lo antes de nós o atacarmos. Mas, uma vez que eles lidaram com a mente das pessoas, permanece espantoso que aparentemente nenhum deles tenha pressentido que o “mundo” talvez ficasse bastante assustado com a amizade e o empenho norte-americanos quando os “esforços que os Estados Unidos farão para cumpri-los” foram “mostrados” e contemplados.²⁸ Nenhuma realidade e nenhum senso comum poderia penetrar as mentes dos resolvedores de problema²⁹ que incansavelmente prepararam seus roteiros para “públicos relevantes” a fim de mudar seus estados mentais – “os comunistas (que devem sentir pressões fortes), os vietnamitas do Sul (cuja moral deve ser levantada), nossos aliados (que devem confiar em nós como ‘avalistas’) e o público norte-americano (que deve apoiar a tomada de risco com vidas e prestígio dos Estados Unidos)”.³⁰

Sabemos hoje em que extensão todos esses públicos foram mal julgados. De acordo com Richard J. Barnet, em sua excelente contribuição para o livro *Washington Plans an Aggressive War* [Washington planeja uma guerra agressiva; em tradução livre], a “guerra se tornou um desastre porque os encarregados da Segurança Nacional julgaram mal cada público”.³¹ Mas o maior, de fato básico, erro de julgamento foi se direcionar ao público com os meios da guerra, decidir assuntos militares da “perspectiva das relações públicas e da política” (em que “política” significava a perspectiva da próxima eleição para presidente e “relações públicas”, a imagem mundial dos Estados Unidos) e pensar não nos riscos reais, mas em “técnicas para minimizar o impacto dos desfechos

28 *The Pentagon Papers*, p. 436.

29 Nas palavras de Leslie H. Gelb: “A comunidade de política externa se tornou uma ‘casa sem janelas’”, *Life*, op. cit.

30 *The Pentagon Papers*, p. 438.

31 In Stavins, Barnet, Raskin, op. cit., p. 209.

negativos”. Entre as propostas para esta última, a criação de “‘ofensivas diversionistas’ em outros lugares do mundo para desviar a atenção” foi recomendada, junto com o lançamento de “um programa ‘antipobreza’ para regiões subdesenvolvidas”.³² Em nenhum momento ocorreu a McNaughton, o autor desse memorando, que sem dúvida era um indivíduo de inteligência incomum, que suas diversões (*diversions*), ao contrário das diversões (*diversions*) do teatro, teriam tido consequências graves e totalmente imprevisíveis; elas teriam mudado o próprio mundo no qual os Estados Unidos se moviam e conduziam sua guerra.

É esse distanciamento da realidade que assombrará o leitor dos Documentos do Pentágono que tenha a paciência de ir até o fim. Barnett, no ensaio mencionado acima, tem isto a dizer sobre o assunto: “O modelo burocrático deslocou a realidade completamente: os fatos duros e persistentes, que tantos analistas inteligentes foram tão bem pagos para coletar, foram ignorados”.³³ Não tenho certeza de que os males da burocracia são suficientes como explicação, embora eles certamente tenham facilitado essa desfactualização.³⁴ De qualquer modo, a relação, ou melhor, a não relação, entre fatos e decisão, entre a comunidade de inteligência e os serviços militares e civis, é talvez o mais importante, e certamente o mais bem guardado, segredo que os Documentos do Pentágono revelaram.

Seria de grande interesse saber o que habilitou os serviços de inteligência a permanecerem tão perto da realidade nessa “atmosfera de Alice no País das Maravilhas”, que os documentos atribuem às estranhas operações do governo de Saigon, mas que parece em retrospectiva mais apropriadamente descrever o mundo desfactualizado no qual metas políticas foram estabelecidas e decisões militares foram tomadas. Pois os primórdios do papel dos serviços no Sudeste Asiático estavam longe de ser promissores. No início dos Documentos do Pentágono, encontramos registrada a decisão de embarcar numa “guerra secreta” nos primeiros anos da administração Eisenhower, quando o poder executivo

32 *The Pentagon Papers*, p. 438.

33 In Stavins, Barnett, Raskin, op. cit., p. 24.

34 Essa palavra não está nos dicionários, mas é importante que seja mantida para esclarecer a especificidade do fenômeno que Hannah Arendt analisa. [N.T.]

ainda acreditava precisar da autoridade do Congresso para começar uma guerra. Eisenhower ainda era antiquado o suficiente para acreditar na Constituição. Ele se encontrou com líderes do Congresso e decidiu contra a intervenção aberta porque foi informado de que o Congresso não apoiaria tal decisão.³⁵ Quando mais tarde, iniciando com a administração Kennedy, a “guerra aberta”, isto é, o envio de “tropas de combate”, foi discutida, “a questão da autoridade do Congresso para atos abertos de guerra contra uma nação soberana nunca foi seriamente levantada”.³⁶ Mesmo quando, sob Johnson, governos estrangeiros foram amplamente informados sobre nossos planos de bombardear o Vietnã do Norte, parece que nunca houve informe semelhante e consulta aos líderes do Congresso.³⁷

Durante a administração Eisenhower, a Missão Militar de Saigon foi formada, sob o comando do coronel Edward Lansdale, e instruída a “realizar operações paramilitares [...] e travar uma guerra político-psicológica”.³⁸ Na prática, isso significava imprimir folhetos que espalhariam mentiras falsamente atribuídas ao outro lado, derramar “contaminantes nos motores” dos ônibus da companhia de Hanói antes de os franceses deixarem o Norte, conduzir uma “aula de inglês [...] para amantes de personagens importantes” e contratar uma equipe de astrólogos vietnamitas.³⁹ Essa fase ridícula continuou até o início dos anos 1960, até os militares assumirem. Depois da administração Kennedy, a doutrina da contrainsurgência ficou em segundo plano – talvez porque, durante a derrubada do presidente Ngo Dinh Diem, descobriu-se que as Forças Especiais Vietnamitas financiadas pela CIA “se tornaram o exército privado do senhor Nhu”, irmão e conselheiro político de Diem.⁴⁰

Os setores de apuração de fatos dos serviços de inteligência foram separados de quaisquer operações secretas que ainda estivessem acontecendo no campo de batalha, o que significava que ao menos eram

35 *The Pentagon Papers*, p. 5 e 11.

36 *Ibidem*, p. 268.

37 *Ibidem*, p. 334-335.

38 *Ibidem*, p. 16.

39 *Ibidem*, p. 15

40 *Ibidem*, p. 166.

responsáveis apenas por reunir informação em vez de criar as notícias eles mesmos. Eles não tinham a necessidade de mostrar resultados positivos e não estavam sob pressão de Washington para produzir boas notícias para alimentar a máquina de relações públicas, ou inventar contos de fada sobre “progresso contínuo, melhora virtualmente miraculosa, entra ano, sai ano”.⁴¹ Eles eram relativamente independentes, e o resultado foi que eles contaram a verdade, entra ano, sai ano. Parece que nesses serviços de inteligência as pessoas não diziam a “seus superiores o que achavam que eles queriam ouvir”, “avaliações [não] eram feitas pelos executores”, e nenhum oficial comandante disse a seus agentes o que um “comandante de divisão americano disse a um de seus conselheiros distritais, que insistia em reportar a presença persistente de aldeias vietcongues não pacificadas em sua área: ‘Filho, você está escrevendo nosso próprio boletim neste país. Por que você está falhando conosco?’”.⁴² Também parece que aqueles que eram responsáveis pelas estimativas da inteligência estavam a milhas de distância dos resolvedores de problema, de seu desprezo pelos fatos e pelo caráter accidental de todos os fatos. O preço que pagaram por essas vantagens objetivas foi que seus relatórios permaneceram sem qualquer influência nas decisões e propostas do Conselho de Segurança Nacional.

Depois de 1963, o único traço discernível do período da guerra secreta é a infame “estratégia de provocação”, isto é, todo um programa de “tentativas deliberadas de provocar a RDV [República Democrática do (Norte) do Vietnã] a realizar ações que poderiam então ser respondidas por uma campanha aérea sistemática dos Estados Unidos”.⁴³ Essas táticas não pertencem às artimanhas da guerra. Elas têm sido típicas da polícia secreta e se tornaram notórias, assim como contraprodutivas, durante o declínio da Rússia czarista, quando os agentes da Okhrana, ao organizar assassinatos espetaculares, “serviram apesar de si mesmos às ideias daqueles a quem denunciavam”.⁴⁴

41 Ibidem, p. 25.

42 Gelb, in *Foreign Policy*, op. cit.; Ellsberg, op. cit.

43 *The Pentagon Papers*, p. 313.

44 Maurice Laporte, *L'histoire de l'Okhrana*, Paris, 1935, p. 25.